



EIXO 1: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE NA AMÉRICA LATINA NO ÂMBITO DOS PROJETOS EM DISPUTA

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NO ESTADO DO CEARÁ: SENTIDOS EM DISPUTA

Marília Duarte Guimarães

marilia.duarte@ifce.edu.br

IFCE

Maria Mikaele da Silva Cavalcante

mikaele262009@hotmail.com

UVA

Isabel Maria Sabino de Farias

isabel.sabino@uece.br

UECE

Resumo

Este trabalho discute o Desenvolvimento Profissional Docente (DPD) considerando o atual contexto de emergência climática e a retomada democrática do Brasil e da América Latina. Neste texto, a perspectiva é provocar reflexões acerca das epistemologias que orientam as políticas de formação, tomando a questão norteadora: como a política de formação continuada de professores tem contribuído (ou não) para a promoção da justiça socioambiental? As fontes bibliográficas foram submetidas a um tratamento analítico (Gil, 2009) e está fundamentada em autores como Freire (1996), Freitas (2012), Ribeiro *et al* (2018), Curado Silva (2020), Militão (2021) e Hobold e Farias (2021). Essa discussão encontra suporte no reconhecimento de que a justiça socioambiental é tema da agenda contemporânea da pesquisa em Educação, pauta evidenciada pela forte expectativa social acerca de uma educação pautada na sustentabilidade. Também pela afirmação do professor como profissional responsável pela formação humana e o desenvolvimento da autonomia para convivência na sociedade. Entre os muitos fatores que atravessam a educação estão os conflitos de interesses diante da exploração da natureza em nome da transição energética, sobretudo após as recentes alterações na regulação nacional que reduzem o controle dos impactos socioambientais (Fearnside, 2019). No Estado do Ceará, de modo específico, o cenário de ameaças à extração de minerais críticos, é um aspecto que necessita ser observado do



ponto de vista das disputas das subjetividades, pois a construção discursiva para legitimar grandes projetos extrativistas está no bojo das alianças empresariais dos reformadores da educação (Freitas, 2012). Nesse sentido, a reforma educacional no Brasil cumpre o ideário dos organismos internacionais que aparecem como a grande ação política de transformação social voltada para o crescimento econômico. (Ribeiro, *et al*, 2018). Acompanhamos a construção de narrativas veiculadas em conferências internacionais sobre as mudanças climáticas, que apresentam soluções simples de substituição de fontes energéticas - discursos que ocultam a complexidade e o aprofundamento dos conflitos socioambientais decorrentes dessa estratégia. Um projeto em disputa na sociedade civil e no Estado que pouco a pouco chega à via curricular. Nossa análise indica que as políticas de formação continuada têm sido capturadas pelo discurso neoliberal de desempenho, competências e racionalidade instrumental (Curado Silva, 2020) a exemplo da Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) que tem uma concepção de desenvolvimento profissional docente centrada em práticas de regulação com foco na construção do sujeito neoliberal (Anadon e Silva, 2023). A lógica hegemônica da racionalidade técnica na qual a formação de professores está inserida tem sido apontada (Militão, 2021; Hobold e Farias, 2021) como mecanismos que mais atendem às demandas do mercado do que às necessidades sociais. Nessa lógica, o docente deixa de ser um educador, um formador crítico, para assumir o papel de executor de tarefas (Freire, 1996). As atuais políticas de formação continuada não promovem a justiça socioambiental porque não questionam os processos de exclusão social intensificados pela reestruturação produtiva do capital, mas, ao contrário, deslocam a responsabilidade para o próprio professor, e, a responsabilização individual sobre o próprio desenvolvimento se sobrepõe à perspectiva coletiva e emancipatória da formação humana. Entre os sentidos concorrentes do DPD, defendemos um projeto de desenvolvimento profissional que repercuta na proteção das comunidades impactadas pelos conflitos socioambientais, no equilíbrio dos ecossistemas e na construção de uma sociedade democrática, sustentável e socialmente justa, que fortaleça um projeto de formação de professores comprometido com a transformação da sociedade, e não com a sua manutenção.



Palavras-chave: Formação de professores. Justiça socioambiental. Desenvolvimento profissional docente.

Referências

ANADON, S. B.; SILVA, S. G. DA. Políticas de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional Docente: uma estratégia de governamentalidade neoliberal empresarial. **Educar em Revista**, v. 39, p. e88029, 2023.

CURADO SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro. A (de)Formação de Professores na Base Nacional Comum Curricular. In: UCHOA, Antônio Marcos da; LIMA, Átila de Menezes; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza (Org.). **Diálogos Críticos**, volume 2: reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública? [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

FEARNSIDE, P. M. Retrocessos sob o Presidente Bolsonaro: um desafio à sustentabilidade na Amazônia. *Sustentabilidade International Science Journal*, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, L. C. DE. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 379–404, abr. 2012.

HOBOLD, Márcia Souza; FARIAS, Isabel Maria Sabino de Farias (Orgs.). Formação de Professores: projetos em disputa. Dossiê Temático. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v.17, n.46, jul./set., 2021.

MILITÃO, Andréia Nunes. A inserção da terminologia “direito à aprendizagem” no arcabouço legal da formação de professores. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, jul.–set. 2021.

RIBEIRO, Luís Távora Furtado; RABELO, Josefa Jackeline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes; CARMO, Francisca Maurilene do. Os novos currículos dos cursos de pedagogia: indicadores e tendências. **Cadernos de Pesquisa**. São Luís, v. 25, n. 4, 2018.